



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

Praça da República s/n - Santo Antônio - CEP: 50010-040 - Fone: (0xx81) 3419.3230 - gabdes.alderita@tjpe.jus.br

HABEAS CORPUS Nº: 0313445-0

AÇÃO ORIGINÁRIA Nº 0000005-57.1981.8.17.0610

COMARCA : Flores – Vara Única  
IMPETRANTE : Ricardo Jorge Pereira Valões  
PACIENTE : José Irineu do Nascimento  
PROCURADORA : Dr. Adalberto Mendes Pinto Vieira  
RELATORA : Des<sup>a</sup> Alderita Ramos de Oliveira  
RELATOR CONVOCADO : Juiz Paulo Victor Vasconcelos de Almeida

**EMENTA:**

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO. FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO PREVENTIVO. NÃO OCORRÊNCIA. FUGA DO DISTRITO DA CULPA. ORDEM DENEGADA.

I – A simples fuga do distrito da culpa pelo réu é condição que, por si só, enseja a decretação da prisão preventiva como forma de garantir a aplicação da lei penal e por conveniência da instrução criminal. Incidência da Súmula 89 TJPE.

II – Condições pessoais favoráveis não são garantidoras de eventual direito subjetivo à liberdade provisória, quando a necessidade da prisão é recomendada por outros elementos, o que, na hipótese dos autos, está consubstanciada no fato de o paciente ter se evadido do distrito da culpa.

III - Ordem denegada. Decisão unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de *Habeas Corpus* nº 0313445-0 no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **à unanimidade, em denegar a ordem**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 25 de *Set* de 2013.

**Juiz Paulo Victor Vasconcelos de Almeida**  
Relator Convocado



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

Praça da República s/n - Santo Antônio - CEP: 50010-040 - Fone: (0xx81) 3419.3230 - gabdes.alderita@tjpe.jus.br

**HABEAS CORPUS Nº: 0313445-0**

**AÇÃO ORIGINÁRIA Nº 0000005-57.1981.8.17.0610**

COMARCA : Flores – Vara Única  
IMPETRANTE : Ricardo Jorge Pereira Valões  
PACIENTE : José Irineu do Nascimento  
PROCURADORA : Dr. Adalberto Mendes Pinto Vieira  
RELATORA : Des<sup>a</sup> Alderita Ramos de Oliveira  
RELATOR CONVOCADO : Juiz Paulo Victor Vasconcelos de Almeida

## RELATÓRIO

O Bel. Ricardo Jorge Pereira Valões impetrou ordem de *Habeas Corpus* liberatório, em favor de **José Irineu do Nascimento**, com **pretensão liminar**, objetivando a revogação da prisão preventiva, nos autos do Processo **1º Grau n.º 0000005-57.1981.8.17.0610**, a que responde perante o Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Flores, neste Estado, autoridade ora apontada coatora, pela suposta prática do crime descrito no art. 121, §2º, II e IV (fls. 02/25).

O impetrante alega que o paciente foi denunciado em **17/08/1981**, por crime ocorrido em **03/07/1981**. No dia **01/08/2013** o paciente foi preso preventivamente, mediante decreto desprovido de qualquer fundamentação jurídica hábil a comprovar a necessidade de segregação cautelar, eis que não há indícios de que, uma vez solto, o paciente prejudicará a ordem pública, perturbará a instrução criminal ou colocará em risco a aplicação da lei penal, sobretudo possuindo profissão definida e endereço certo, residindo há mais de 25 (vinte e cinco) anos (fls. 03/09).

Documentos acostados às fls. 26/142.

Em decisão de fls. 149/150 indeferi o pleito liminar e solicitei informações à autoridade apontada coatora, que as prestou às fls. 157/158.

A douta Procuradoria de Justiça, na pessoa de Dr. Adalberto Mendes Pinto Vieira, emitiu parecer pela denegação da ordem.

É o relatório.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**

**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**

Praça da República s/n - Santo Antônio - CEP: 50010-040 - Fone: (0xx81) 3419.3230 - gab.des.alderita@tjpe.jus.br

Recife, 25 de Setembro de 2013.

**Juiz Paulo Victor Vasconcelos de Almeida**  
Relator Convocado



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargador(a) Relator(a) Ramos de Oliveira

Praça da República s/n - Santo Antônio - CEP: 50010-040 - Fone: (0xx81) 3419.3230 - gabdes.alderita@tjpe.jus.br

HABEAS CORPUS Nº: 0313445-0

AÇÃO ORIGINÁRIA Nº 0000005-52/2013 3.17.0610

COMARCA : Floresta da Única  
IMPETRANTE : Rica e Pereira Valões  
PACIENTE : José do Nascimento  
PROCURADORA : Dr. Antônio Mendes Pinto Vieira  
RELATORA : Desª Relatora Ramos de Oliveira  
RELATOR CONVOCADO : Juiz Relator Vasconcelos de Almeida

**VOTO**

Conforme relatado, a impetrante sustenta a necessidade de segregação das condições pessoais favoráveis que ostenta.

A autoridade apontada como impetradora, mediante Ofício nº 2013.0223.001629, datado de 03/09/2013, recebeu a denúncia, determinada a realização da audiência de revelia do réu e nomeado defensor. Foram apresentadas as alegações finais do Ministério Público de Pernambuco e, no dia 19/07/1995, da defesa. Em 1995 foi publicada a decisão pronunciando o paciente.

Em consulta ao Sistema de Acompanhamento Processual de 1º Grau deste Tribunal de Justiça – JGP, de 14/08/2013, o juízo processante indeferiu a liberdade provisória, fundamentando a decisão no fato de o paciente ter se evadido do distrito da culpa, permanecendo não sabido, o que demonstra sua rejeição penal, o que, só por si, já seria motivo para a sua prisão preventiva, incidindo, segundo a qual: “A fuga do distrito constitui motivação idônea para justificar prisão preventiva”.

impetrante sustenta a necessidade de segregação das condições pessoais favoráveis que ostenta.

A autoridade apontada como impetradora, mediante Ofício nº 2013.0223.001629, datado de 03/09/2013, recebeu a denúncia, determinada a realização da audiência de revelia do réu e nomeado defensor. Foram apresentadas as alegações finais do Ministério Público de Pernambuco e, no dia 19/07/1995, da defesa. Em 1995 foi publicada a decisão pronunciando o paciente.

Em consulta ao Sistema de Acompanhamento Processual de 1º Grau deste Tribunal de Justiça – JGP, de 14/08/2013, o juízo processante indeferiu a liberdade provisória, fundamentando a decisão no fato de o paciente ter se evadido do distrito da culpa, permanecendo não sabido, o que demonstra sua rejeição penal, o que, só por si, já seria motivo para a sua prisão preventiva, incidindo, segundo a qual: “A fuga do distrito constitui motivação idônea para justificar prisão preventiva”.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

Praça da República s/n - Santo Antônio - CEP: 50010-040 - Fone: (0xx81) 3419.3230 - gabdes.alderita@tjpe.jus.br

Consta, ainda, do JudWin 1º Grau, que a sentença de pronúncia transitou em julgado no dia 13/09/2013, não tendo a Defesa interposto recurso algum, inobstante tenha alegado, na inicial mandamental, a deficiência da defesa técnica, considerando-a insignificante e genérica.

Compulsando os autos, bem como o Sistema de Acompanhamento Processual deste Tribunal de Justiça, observa-se que a segregação cautelar da paciente mostra-se necessária para assegurar a aplicação da lei penal, eis que o mesmo permaneceu foragido do distrito da culpa por cerca de 18 (dezoito) anos, o que demonstra que o paciente pretendia se furtar a aplicação da lei penal.

O posicionamento adotado pelo Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que a fuga do réu do distrito da culpa revela sua intenção de se furtar a aplicação da lei penal, sendo suficiente para obstar a revogação da custódia cautelar. Precedentes do STJ e do STF.

Nessa senda, colaciono o seguinte julgado do Superior Tribunal de Justiça:

**HABEAS CORPUS. DUPLO HOMICÍDIO QUALIFICADO. PLEITO DE REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO EM FATOS CONCRETOS. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA, CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL E PARA ASSEGURAR A APLICAÇÃO DA LEI PENAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. ORDEM DENEGADA.**

[...]

**3. Ressalta-se, outrossim, que o paciente está foragido, pois evadiu-se do distrito da culpa logo após os fatos, tendo sido citado por edital, sendo necessário, portanto, manter sua custódia cautelar a fim de garantir a aplicação da lei penal.**

**4. As condições pessoais favoráveis do agente, tais como domicílio certo e exercício de atividade lícita, não impedem a manutenção da segregação cautelar, quando presentes os requisitos legais, como se dá na hipótese dos autos.**

**5. Habeas corpus denegado.**

**(HC 207.154/MS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, julgado em 27/09/2011, DJe 20/10/2011).**



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

Praça da República s/n - Santo Antônio - CEP: 50010-040 - Fone: (0xx81) 3419.3230 - gabdes.alderita@tjpe.jus.br

Quanto à alegação de que o paciente possui condições pessoais favoráveis, é cediço que tais condições não são garantidoras de eventual direito subjetivo à liberdade provisória, quando a necessidade da prisão é recomendada por outros elementos, o que, na hipótese dos autos, está consubstanciada no fato de o mesmo ter se evadido do distrito da culpa.

Diante de todo o exposto, acompanhando o parecer da douta Procuradoria de Justiça, **denego a ordem de habeas corpus. É como voto.**

Recife, 25 de Setembro de 2013.

**Juiz Paulo Victor Vasconcelos de Almeida**  
Relator Convocado